

Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII

Edna Maria Resende

Doutora e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-graduada em História de Minas no século XIX pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), graduada em Filosofia pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), coordenadora do Arquivo Histórico Municipal de Barbacena.

ednamresende@hotmail.com

Resumo

A ocupação da Borda do Campo esteve inextricavelmente ligada ao circuito mercantil do Caminho Novo. Os pioneiros moradores da Borda do Campo enraizaram-se na região, concentrando terras e controlando as rotas comerciais do mercado interno. Os primeiros proprietários dedicaram-se à agricultura e à pecuária, estabeleceram ranchos para suprimento dos viajantes, lançaram-se ao comércio e ao transporte de tropas. Ao ocuparem e cultivarem as terras e integrarem-se à “malha mercante” do Caminho Novo, transformaram-se em “senhores do Caminho” e promoveram o desenvolvimento da região de Barbacena.

Palavras-Chave: Caminho Novo; povoamento; mercado interno; Borda do Campo; século XVIII.

No início do segundo quartel do século XVIII, Francisco Ferreira Armonde, seduzido pelas notícias dos descobertos auríferos na América portuguesa, não hesitou em deixar a freguesia de São Sebastião, Ilha Terceira, Açores, e passar às Minas. Francisco, nascido por volta de 1697, havia se casado, em 1721, na igreja Matriz de São Sebastião, com Ângela Maria da Conceição Camelo. Em 1722, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo a primeira filha do casal, Maria Vicência de Jesus¹.

Entre 1721 e 1722, Francisco Ferreira Armonde integrou as “grandes levadas populacionais” (FURTADO, 1999, p. 151) vindas do Reino de Portugal que, juntamente com “toda a condição de pessoas [...] das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil” (ANTONIL, 1982, p. 167), vieram para as Minas em busca de fortuna e riqueza. A descoberta das minas, no final do século XVII, pelos bandeirantes paulistas, desencadeou o processo de ocupação dos “sertões gerais dos Cataguás” (ANASTASIA; LEMOS, 1999; GUIMARÃES, 1986).

A notícia da descoberta do ouro provocou o afluxo de milhares de pessoas vindas do Reino e de outras partes da Colônia, seduzidas pela possibilidade de enriquecimento rápido e pelas facilidades oferecidas na exploração do ouro de aluvião. Era possível chegar às Minas tanto pela Bahia quanto por São Paulo. A ligação com a Bahia, existente desde as primeiras incursões datadas de meados do século XVI, foi importante no abastecimento dos núcleos mineradores, fornecendo-lhes gado. O caminho mais utilizado, porém, foi o Caminho Geral do Sertão, mais tarde chamado de Caminho Velho, que articulava a região das minas a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Esse caminho, usado inicialmente pelos sertanistas à procura de índios, passou a ser regularmente frequentado a partir de 1696, constituindo-se na principal via de comunicação entre o litoral e as minas (GUIMARÃES, 1986; VENÂNCIO, 1999).

¹ Francisco e Ângela tiveram, ainda, mais cinco filhos (ALBUQUERQUE, 1988; BASTOS, 1991; CUNHA, 1999).

No entanto, a viagem de 74 dias entre o litoral e as minas bem como a falta de segurança do transporte do quinto do ouro tornaram premente a necessidade de um percurso mais conveniente e menos extenuante. Diante disso, Garcia Rodrigues Pais iniciou, em 1698, a abertura de um caminho partindo do Rio de Janeiro em direção às minas. Por volta de 1701-1702, o chamado Caminho Novo já era utilizado para o fluxo de pessoas e mercadorias entre o Rio de Janeiro e a Borda do Campo. Essa rota, concluída apenas em 1725, significou uma grande economia no tempo de viagem, que passou a ser realizada em 25 dias (ANTONIL, 1982; FIGUEIREDO, 1999).

Nessa perspectiva tradicional, o Caminho Novo é o resultado da iniciativa de colonizadores paulistas e portugueses e das autoridades, preocupadas em garantir o abastecimento das minas. Tal esforço é personificado por Garcia Rodrigues Pais, a quem é atribuída tal empreitada. Um estudo mais recente, porém, propõe uma nova abordagem sobre o assunto. Para Renato Pinto Venâncio, a rota conhecida como Caminho Novo não foi construída pelos colonizadores. Na verdade, tal percurso, assim como os pontos de assentamento, era utilizado pelos indígenas há milhares de anos e foi conquistado pelos colonizadores, depois de vencida a resistência indígena (VENÂNCIO, 1999).

A incorporação dessas rotas viabilizou o abastecimento da região aurífera, ocupada de modo rápido e provisório. O período inicial do povoamento, orientado pela atividade mineradora em torno do leito dos rios, foi marcado por graves crises de fome (1697-98 e 1700-1701), estimulando o cultivo de roças próximas às datas e ao longo dos caminhos.

A utilização desses caminhos viabilizou não apenas a entrada de mercadorias e a saída de ouro e diamantes como contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento e a fixação de uma sociedade urbanizada e mais estável. O ir e vir das tropas requeria a existência de pontos de abastecimento que possibilitassem o empreendimento de longas viagens. Na descrição do itinerário entre o Rio de Janeiro e a região

das minas são feitas inúmeras referências às diversas passagens, pousadas e roças que pontilhavam o trajeto. Nessas roças os viajantes podiam descansar nos ranchos oferecidos pelos fazendeiros, que, em troca, vendiam alimentos e cobravam o pasto para os animais (SAINT-HILAIRE, 1974; VENÂNCIO, 1999).

Além da atividade comercial que se desenvolveu ao longo dos caminhos, impulsionando o desenvolvimento agrícola, o comércio também exerceu papel fundamental na consolidação urbana. Já nas primeiras décadas do século XVIII, os primeiros povoados que surgiram em torno da lide mineratória começaram a adquirir um caráter mais estável, com a construção das capelas, que muitas vezes emprestaram seus nomes aos arraiais, e das primeiras moradias, concentradas em torno dos templos e aleatoriamente ao longo dos caminhos e suas bifurcações. Entre 1711 e 1715 vários povoados foram elevados a vilas. Nessas vilas criaram-se as principais instituições públicas, instaurando-se a Câmara, a Cadeia e o Pelourinho.

A fixação da população nas vilas e arraiais ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do comércio. Vendas e estabelecimentos comerciais surgiam por toda parte. Podia-se acumular ouro e diamantes por meio da troca ou da prestação de serviços. Além das vendas, a atividade aurífera estimulou, ainda, o aparecimento de diversas atividades econômicas, levando ao florescimento da indústria têxtil doméstica, da siderurgia e de atividades artesanais ligadas ao couro, à madeira, à cerâmica. A agricultura e a pecuária prosperaram. Nas fazendas produzia-se milho e mandioca, criavam-se porcos e carneiros, e contava-se com engenhos para a produção de aguardente, açúcar e rapadura (GUIMARÃES; REIS, 1986).

Ao chegar às Minas, Francisco Ferreira Armonde estabeleceu-se na fazenda dos Moinhos, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. Francisco Armonde, contudo, não foi o único nem o primeiro forasteiro que estava decidido a construir sua vida na Borda do

Campo. A ocupação e o desenvolvimento das terras da Borda do Campo tiveram início com a incorporação do Caminho Novo. O bandeirante Garcia Rodrigues Pais foi o primeiro a tomar posse, oficialmente, de terras na região (RAPM, 1988; RODRIGUES, 2002).

Em 1703, Domingos Rodrigues Fonseca Leme, primo e cunhado de Garcia Rodrigues Pais, edificou a casa sede da fazenda da Borda do Campo e concluiu, em 1711, a capela de Nossa Senhora da Piedade. Em 1713, o coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme recebeu doação de sesmaria de uma légua na Borda, aproveitando as modificações administrativas por que passavam as Minas para requerer novas áreas e expandir seus domínios.

A ocupação da terra na Borda do Campo foi caracterizada pelo perfil concentrador das propriedades. Os primeiros povoadores empenhavam-se em ocupar novas áreas, incorporando cada vez mais terras às sesmarias originalmente concedidas e demarcadas pela Coroa portuguesa, ampliando indefinidamente os limites geográficos de suas terras. A concentração de terras era uma estratégia desses primeiros proprietários para transformarem-se em “senhores do caminho” (SCHOOR, 2000). A expansão dos domínios territoriais, à beira das estradas, era um mecanismo de controle das terras e das rotas comerciais constitutivas do mercado interno. A posse das terras mais férteis e melhor localizadas garantia, sobretudo, a sustentação pelos potentes do poder de mando local e do seu prestígio. O acesso aos cargos de oficiais de milícias e ordenança e da administração colonial fortalecia esse poder, definindo os rumos das competições e das disputas por terras.

A história da fazenda da Borda do Campo, ponto de partida do povoamento da região, exemplifica perfeitamente esse processo. No decorrer do século XVIII, após o retorno, em 1724, de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme para São Paulo, a fazenda da Borda passou às mãos de diversos proprietários (BASTOS, 1992; RODRIGUES, 2002). Ao ser adquirida por Manoel Dias de Sá, a fazenda da Borda teve

suas terras anexadas às sesmarias obtidas por seu pai, Manoel de Sá e Figueiredo, na serra da Mantiqueira².

A família Sá esteve presente nos primórdios do povoamento da região da Borda do Campo. Luís Fortes de Bustamante e Sá, irmão de Manoel de Sá e Figueiredo, foi juiz de fora no Rio de Janeiro e, após a invasão francesa (1709-1711), veio com o irmão para as Minas, estabelecendo-se às margens do Caminho Novo. Em 1742, Luíza Maria Xavier da Fonseca, esposa de Luiz Fortes, obtém meia légua de terras no Curral da Borda do Campo. Tratava-se de uma posse antiga, ocupada há mais de 10 ou 15 anos (RAPM, 1988). A estratégia de acumular sesmarias foi adotada por vários integrantes da família Sá. Em meados do século XVIII, filhos e parentes do casal são agraciados com sesmarias na região do Caminho Novo (RODRIGUES, 2002).

Manoel Dias de Sá foi o terceiro proprietário da fazenda da Borda do Campo. Casou-se com Ana Maria dos Santos e tiveram sete filhos. Com o falecimento de Manoel Dias de Sá, em 1742, a viúva contraiu segundas núpcias com o seu compadre, o tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira, no ano seguinte.

Manoel Lopes de Oliveira e seu tio o tenente-coronel José Lopes de Oliveira encontravam-se, em meados do século XVIII, entre os maiores proprietários de terras da região da Borda do Campo. Assim que as primeiras notícias dos descobertos auríferos espalharam-se por Portugal, os irmãos Lopes de Oliveira decidiram deixar a freguesia de Olival, Bispaço do Porto, e aventurar-se nas Minas. Ao percorrer o recém-aberto Caminho Novo, provavelmente perceberam as imensas possibilidades de enriquecimento oferecidas por uma estrada tão movimentada. Não tiveram dúvidas em obter sesmarias e se estabelecer na região (MASSENA, 1985). O tenente-coronel José Lopes de Oliveira obteve seis sesmarias, tendo fixado residência na fazenda do Ribeirão

² Manoel de Sá e Figueiredo era casado com Lucrecia Borges Leme de Serqueira, filha de Garcia Rodrigues Pais e neta do Alcaide Mor João Rodrigues da Fonseca.

de Alberto Dias, erigida entre os anos de 1725 e 1730.

O sobrinho de José Lopes de Oliveira, o também tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira, guiando-se pela estratégia familiar, expandiu suas posses na região. Antes mesmo de casar-se com a proprietária da fazenda da Borda do Campo, já era possuidor da fazenda da Cachoeira. Em meados do século XVIII, recebeu cinco doações de sesmarias. Além das fazendas da Cachoeira e da Borda, incorporou terras nas paragens do Quilombo e do Bananal, nos sertões da Mantiqueira, “nos matos e sertões para além da sesmaria de Santo Antônio e nas cabeceiras do rio Pinho Velho” (RODRIGUES, 2002).

Em 1768, Manoel Lopes de Oliveira, para cumprir pagamentos de dívidas e heranças, vendeu a fazenda da Borda ao coronel Francisco Gomes Martins, que, posteriormente, vendeu-a a seu irmão José Aires Gomes. Esse futuro inconfidente era possuidor de inúmeras outras fazendas, constituindo-se no maior proprietário de terras da região e no segundo maior da capitania de Minas Gerais (FURTADO, 2002; RODRIGUES, 2002).

José Aires Gomes casou-se, em 1785, com Maria Inácia de Oliveira, filha do tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira. José Aires e Maria Inácia tiveram cinco filhos. A família, mesmo depois da prisão de José Aires no processo por inconfidência e do sequestro de seus bens, continuou grande proprietária de terras na região, fosse comprando nos leilões fazendas e terras sequestradas (absurdamente subavaliadas na devassa), fosse solicitando, em nome de seus filhos, remedições e demarcações de sesmarias nas terras adjacentes à fazenda da Borda.

Os domínios sobre as terras e os caminhos requeriam o estabelecimento de relações familiares capazes de garantir os privilégios da riqueza e do prestígio. O casamento de José Aires Gomes, representante de abastada família, com Maria Inácia de Oliveira exemplifica essa estratégia.

José Aires Gomes era filho de João Gomes Martins, que havia chegado às Minas no início do século XVIII. Ao dei-

xar a freguesia de São Félix de Gondifelos, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, estabeleceu-se, inicialmente, na freguesia do Sumidouro, termo de Mariana. No entanto, após seu casamento, em 1725, com Clara Maria de Melo, em Irajá, Rio de Janeiro, fixou-se na freguesia do Engenho do Mato, às margens do Caminho Novo.

A fazenda contava com uma capela dedicada a São Miguel e Almas e com rancho de passageiros e de tropas. O local era designado pelos viajantes que percorriam o Caminho Novo como sítio ou roça de João Gomes. José Aires Gomes era o filho mais moço do casal, que teve ainda mais três filhos. A filha, Ana Joaquina de Melo, casou-se com o capitão Francisco Macedo Cruz, cuja filha Maria Perpétua uniu-se ao alferes Manoel Vidal Lage. O filho mais velho, Francisco Gomes Martins, incumbiu-se da administração das propriedades da família. Casou-se com Clara Maria de Jesus, tia do padre Manoel Rodrigues da Costa.

A família Rodrigues da Costa encontrava-se estabelecida na Borda do Campo em 1754, por ocasião do batizado de Manoel Rodrigues da Costa, futuro padre inconfidente. O pai de Manoel Rodrigues da Costa, homônimo do mesmo, foi batizado em 1725, na freguesia de São Miguel das Marinhas, vila de Espozena do arcebispado de Braga. Em 1752, casou-se com Joana Tereza de Jesus (nascida em 1737), natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Campo dos Carijós. O pai de Tereza, José da Costa de Oliveira, era português, da freguesia de São Vitor, cidade de Braga. Durante algum tempo, o coronel Manoel Rodrigues da Costa residiu na freguesia do Pilar de Ouro Preto, onde se ocupava de atividades comerciais. A família de Manoel Rodrigues da Costa vivia na freguesia da Borda do Campo, na fazenda do Registro Velho.

Como se vê, algumas famílias foram pioneiras na ocupação das terras às margens do Caminho Novo. Já em meados do século XVIII, elas estavam instaladas na região. E o processo de ocupação e de assenhoreamento das propriedades em torno do Caminho foi marcado pelo monopólio e

concentração de terras. A obtenção de sesmarias nessa região tão estrategicamente localizada ampliou as possibilidades de desenvolvimento de atividades agrícolas e pastoris fortemente ligadas ao dinâmico mercado interno que se desenvolvia.

O estabelecimento da nova rota ligando as minas ao Rio de Janeiro resultou no processo de expansão da mineração. A capitania de Minas Gerais rapidamente concentrou um enorme contingente populacional, especialmente nos centros urbanos. O caráter citadino do povoamento demandou uma rede de abastecimento capaz de sustentar um processo de ocupação predominantemente urbano. A necessidade de provimento das vilas permitiu aos inúmeros proprietários rurais estabelecerem-se ao longo dos caminhos e desenvolverem atividades agrícolas e pastoris destinadas à manutenção e sobrevivência da população mineira. Os primeiros moradores da Borda do Campo certamente perceberam que a existência de roças e ranchos ao longo do Caminho seria essencial para o suprimento de viajantes e tropeiros que circulavam pela região.

Os sesmeiros que, no transcorrer do século XVIII, obtiveram terras na região da Borda dedicaram-se prioritariamente à agricultura e, secundariamente, à pecuária. Das 174 sesmarias concedidas, em 61 delas há menção a práticas agrícolas e apenas 14 à pecuária. Em somente uma há referência à mineração (RODRIGUES, 2002).

As fazendas da região dedicavam-se a diversas atividades. O cultivo do milho e do feijão era fundamental para alimentar os viajantes e os animais que se deslocavam pelo Caminho Novo e paravam nos ranchos e estalagens para se refazerem do extenuante percurso³. Embora a cultura do milho fosse amplamente difundida, não se constituía em cultivo exclusivo. Os moradores do Caminho Novo também se ocupavam em plantar feijão, arroz, mandioca, algodão e até trigo. As fazendas contavam ainda com hortas e poma-

³ Nos relatos dos viajantes que percorreram o Caminho, tanto no século XVIII quanto no início do século XIX, são recorrentes as referências aos ranchos e pousos.

res, compostos principalmente por bananeiras, goiabeiras, marmeleiros, pessegueiros e “árvores de espinho”.

A cana-de-açúcar foi outra cultura bastante disseminada. Era utilizada pelos pequenos agricultores basicamente para a produção de aguardente e rapadura. Já a fabricação de açúcar era dispendiosa, requerendo a montagem de um engenho mais estruturado. João do Vale Amado, morador na freguesia de Simão Pereira, dedicava-se à produção de açúcar. A família de João do Vale Amado encontrava-se na região desde a primeira metade do século XVIII. O tenente-coronel Manoel do Vale Amado, pai de João, recebeu inúmeras sesmarias na região (OLIVEIRA, 1999).

Além de grande proprietário de terras, Manoel do Vale Amado era administrador dos contratos no Registro de Matias Barbosa e tenente-coronel da cavalaria de Dragões da Mantiqueira e Paraibuna. Adquiriu em 1776, por compra, a sesmaria de Matias Barbosa. Seu filho João, capitão de ordenança, era, quando faleceu em 1799, um dos maiores fazendeiros do termo de Barbacena. Em sua fazenda do Ribeirão de São José plantava cana-de-açúcar e fabricava açúcar e aguardente. Em seu inventário são descritos um canavial, 50 arrobas de açúcar, 700 alqueires de milho e roças de milho. A fazenda estava equipada com moinho, engenho de cana tocado a boi, alambique e rancho para passeiros. Para desempenhar as diversas atividades desenvolvidas em sua fazenda, João do Vale Amado dispunha de 88 escravos. Não contava, porém, com tropas próprias⁴.

Em muitas fazendas notava-se a presença de gado vacum, cavalos, bestas, porcos e ovelhas. A disponibilidade de algodão e da lã favorecia a produção doméstica de fios e panos. As fazendas de José Aires Gomes e do tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira; a fazenda do Ribeirão de Alberto Dias, do tenente-coronel José Lopes de Oliveira; a fazenda do Registro Velho, do coronel Manoel Rodrigues da Costa, apresentavam uma produção agropastoril

⁴ Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi (AHMPAS), inventário de João do Vale Amado, 1801, 1SVC, Cx. 74/14.

diversificada e integrada aos circuitos mercantis do Caminho Novo. Algumas delas ofereciam ranchos e vendas para tropas e para tropeiros, contavam com engenhos, alambiques e tendas de ferreiro. Todas dispunham de número significativo de escravos⁵.

O acesso ao Caminho Novo, portanto, possibilitou aos fazendeiros desenvolverem atividades produtivas claramente vinculadas ao mercado e à circulação de mercadorias. Essa integração, contudo, não se dava somente por meio do fornecimento de gêneros de subsistência e da aquisição de escravos. Alguns moradores lançaram-se ao comércio e ao transporte de tropas. O capitão Manoel Monteiro Pinho, genro do coronel Manoel Rodrigues da Costa, era morador na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, em 1783, quando fez seu testamento. Natural da freguesia de São Martinho da Gandara, bispado do Porto, Manoel Monteiro Pinho dedicava-se, juntamente com alguns sócios, ao comércio e importação de muares do Rio Grande São Pedro, através do Caminho de Viamão. Conforme declarou o testador, ele

[...] tinha casa no Rio das Pedras e na Borda do Campo [...]. Era sócio do Capitão Domingos Carvalho da Costa, morador nas Congonhas de Sabará em uma ponta de bestas que metemos de Viamão em que também era sócio o falecido Francisco José de Figueiredo em cujo lugar entrou seu irmão Antônio José de Figueiredo não tendo este principal algum na dita sociedade em razão de que o falecido irmão não entrou com dinheiro algum, porém se lhe toca de lucros tanto como a cada um de nós por ter sido o que foi buscar não obstante haver passado crédito da parte que lhe toca de principal sem juros que ficavam pelo seu trabalho porque esse crédito ficou extinto por se tirar do produto das bestas⁶.

Pode-se observar que o comércio de animais, especialmente o de longa distância, era uma atividade que envolvia a sociedade de parentes (pais, filhos, irmãos, genros) e de pessoas ligadas por relações de compadrio e amizade. Essa é a natureza dos negócios empreendidos pelo capitão João

⁵ Para o conhecimento das atividades produtivas nas fazendas citadas, ver RODRIGUES (2002).

⁶ AHMPAS, Testamento de Manoel Monteiro Pinho, 1783, 2SVC, Cx. 185/13.

Pedro de Bustamante de Sá. O capitão João Pedro obteve, em 1758, a doação de uma sesmária no Ribeirão da Conceição e, em 1783, requereu outra meia légua de terras em quadra no lugar denominado Pitanga. Ambas as sesmarias localizavam-se na Borda do Campo. Além das terras obtidas legalmente, o capitão João Pedro apossou-se, na década de 1740, antes da proibição da ocupação dos matos gerais, de uma sorte de terras na entrada do Ribeirão do Salto (RAPM, 1988; RODRIGUES, 2002).

Por ocasião de seu falecimento, em 1811, residia na paragem e fazenda do Engenho Novo da Conceição do Salto, da aplicação de Ibitipoca, freguesia e termo de Barbacena. Sua fazenda de cultura compunha-se de “capoeiras e alguns matos virgens com seus logradouros de campo com um engenho de moer cana, casa de tenda, paiol, moinho, senzalas, estrebaria, tudo coberto de telha e mais dois monjolos e senzalas cobertos de capim”. Possuía ainda terras mineiras no Ribeirão do Salto e na Ibitipoca, embora a maior parte delas estivesse lavrada e com “limitadíssima faisqueira”. O capitão possuía 48 escravos, com os quais explorava suas terras e lavras, além de tomar parte no comércio de mercadorias com o Rio de Janeiro, feito pelas bestas de carga, sob o comando de seu compadre o capitão João Gonçalves Pires. Em seu testamento, redigido em 1810, o capitão João Pedro declara que

[...] em poder de meu compadre o Capitão João Gonçalves Pires [há] várias bestas de cargas minhas com um escravo, também meu, muitos anos unido a sua tropa para o Rio de Janeiro para as quais dava as cargas da minha fazenda e ainda para as suas bestas e ainda até o presente não ajustemos contas e menos recebi lucros alguns à reserva do sal que vinha para o meu gasto e algum ferro e aço para o meu uso⁷.

Além de fornecer ao seu compadre João Gonçalves Pires, bestas, escravos e cargas para as tropas, o capitão João Pedro ainda lhe oferecia crédito. João Pires estava devendo a João Pedro um crédito de seis contos de réis. Certa-

⁷ AHMPAS, Inventário de João Pedro de Bustamante de Sá (capitão), 1812, 2SVC, Cx. 01/18.

mente tais empréstimos eram fundamentais para custear a realização das longas viagens e para o pagamento dos impostos nos registros fiscais.

Outro morador da Borda do Campo a dedicar-se ao comércio e ao transporte de tropas é o já nosso conhecido Francisco Ferreira Armonde. Francisco residia na fazenda dos Moinhos, na Borda do Campo, desde o segundo quartel do século XVIII. Embora já estivesse ocupando as terras do sítio denominado Moinho há bastante tempo, somente em 1760 tem-se notícia da doação de uma sesmaria de meia légua em quadra, de posse antiga e dedicada à agricultura, em nome de seu filho Manoel Ferreira Armonde (RAPM, 1988).

Em meados do século XVIII, Francisco Ferreira Armonde dedicava-se às atividades agropastoris. Seu inventário registra a existência de gado vacum, inclusive de bois de carro, fundamentais para o transporte das colheitas. Francisco Armonde ainda criava porcos, cabras e ovelhas, utilizando para tais atividades o trabalho de quatro escravos. Também chama a atenção a presença de cavalos e bestas. Francisco Ferreira Armonde mantinha uma tropa de oito animais (sete bestas e um cavalo). Quando faleceu, em 1751, seu filho Manoel encontrava-se em viagem ao Rio de Janeiro, conduzindo a tropa. Ao prestar contas das despesas e lucros da viagem, Manoel relacionou os bens adquiridos no Rio de Janeiro que provavelmente seriam vendidos nas minas. Ele trouxe “tecidos, linhas, fitas, sapatos, bombachas, roupas, vinagre e sal”⁸.

Os tropeiros que iam e vinham pelo Caminho Novo representavam os elos na “malha mercante” (GRAÇA FILHO, 2003) que se estabeleceu a partir da ocupação do território da capitania de Minas Gerais. Essa cadeia de negócios articulava diversas categorias de negociantes e, ao mesmo tempo, integrava produtores e consumidores de mercadorias das capitânicas, agentes e mercadores do Rio de Janeiro, da Bahia, do Rio Grande de São Pedro, de Lisboa e, até mes-

⁸ Arquivo do Museu Regional de São João del-Rei, Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1751.

mo, interligava o Rei e seus súditos, na medida em que, ao estabelecer redes hierárquicas, reproduzia o poder metropolitano (FURTADO, 1999).

Os circuitos mercantis estabelecidos pelo Caminho Novo foram capazes de integrar diretamente as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Além disso, contribuíram para um novo posicionamento da cidade do Rio de Janeiro dentro do Império português, que consolidou “seu papel de empório principal da América portuguesa, através da encruzilhada das rotas externas e internas que ligavam Minas Gerais ao comércio exterior” (GRAÇA FILHO, 2003, p. 95; VENÂNCIO, 2001).

Embora interligasse diferentes categorias de comerciantes, os agentes que palmilhavam os caminhos podem ser agrupados na categoria “comércio interno”, constituída por tropeiros, comboieiros, boiadeiros, atravessadores e mascates. Esses comerciantes interligavam o “comércio por grosso”, representado pelos negociantes de “grosso trato”, aos comerciantes de gêneros alimentícios e bebidas, tanto estabelecidos em vendas e lojas quanto voltados para o comércio ambulante (CHAVES, 1999; FURTADO, 1999).

Até fins do século XVIII, os fluxos comerciais estabelecidos entre Minas Gerais e as capitanias vizinhas, e em especial com a cidade do Rio de Janeiro, seguiam na direção das regiões mineradoras e refluíam no sentido da cidade do Rio de Janeiro, levando o ouro e os lucros resultantes das vendas de mercadorias. As tropas que subiam os perigosos caminhos para as Minas traziam toda sorte de gêneros: artigos de luxo (alimentos vindos do Reino, tecidos), ferramentas, bruacas de sal, chumbo, ferro, escravos e toda variedade de secos e molhados.

A participação desses negociantes nas redes mercantis possibilitou a eles o acúmulo de riquezas e o enraizamento na região. Esse enraizamento, contudo, dependeu também do estabelecimento de outras redes, como as familiares. Os primeiros moradores da região da Borda do Campo tiveram origem nas capitanias de São Paulo, do Rio de Janeiro

e no Reino de Portugal. Os paulistas foram os primeiros desbravadores dos caminhos para as Minas e, portanto, os primeiros a se fixarem na região.

A abertura do Caminho Novo e a instalação do registro de fiscalização atraíram pessoas do Rio de Janeiro, facilitando o contato dos moradores do Caminho com as famílias do Rio de Janeiro. Não fortuitamente, algumas das primeiras famílias que se fixaram na região formaram-se a partir de esposas oriundas do Rio de Janeiro e de Irajá, às margens do Caminho Novo.

Entre os primeiros povoadores da Borda do Campo, no entanto, predominaram os portugueses originários do norte de Portugal. A grande maioria veio da região do Porto e do arcebispado de Braga e, secundariamente, das Ilhas Atlânticas. Os emigrados de Portugal para a Borda, ao fixarem-se em terras às margens do Caminho Novo, procuraram se reunir em torno de suas comunidades de origem. O contato com parentes e conterrâneos, certamente, reforçava uma identidade comum, favorecendo a criação de laços e o enraizamento (FARIA, 1998). Entre os emigrados portugueses com destino às Minas predominavam os cristãos-novos e judeus, que procuravam preservar suas ligações ao constituir núcleos de povoamento (FURTADO, 1999).

Outra forma de integrar-se na comunidade e vencer o preconceito e a discriminação era congregando-se em irmandades. Pertencer a uma irmandade garantia o reconhecimento pela comunidade e o exercício de direitos como o enterramento e o sufrágio na hora da morte. Com esse intuito, e ainda procurando criar laços de identidade, os emigrados optaram por associarem-se em bloco em determinadas irmandades. A irmandade de São Miguel e Almas, da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, congregou preferencialmente cristão-novos (BOSCHI, 1986; FURTADO, 1999).

Não é possível afirmar, com base nas fontes consultadas, que os portugueses que se fixaram na Borda do Campo, cujas histórias estamos resgatando aqui, eram cristãos-

novos ou quais eram cristãos-novos. De qualquer forma, pode-se trabalhar com alguns indícios e aventar algumas hipóteses⁹. Primeiramente, é importante destacar que nossos protagonistas, ao se fixarem na Borda do Campo, estabeleceram entre eles arranjos familiares e rituais. Alguns pertenciam à irmandade de São Miguel e Almas. É o caso de Francisco Ferreira Armonde, de José Aires Gomes e de Manoel Monteiro Pinho. João Gomes, pai de José Aires Gomes, chegou mesmo a erigir uma capela sob a proteção de São Miguel e Almas. Além disso, nossos protagonistas envolveram-se com o comércio, as tropas e os ranchos do Caminho Novo, atividades preferencialmente desempenhadas pelos cristãos-novos.

A sociedade que se constituía nas Minas e, em especial, na Borda do Campo, na primeira metade do século XVIII, certamente reproduziu os valores e as hierarquias do Antigo Regime. Assim, ao instalarem-se nessas paragens, os primeiros sesmeiros trataram não apenas de controlar as terras, os caminhos e as redes mercantis, bem como de se constituírem como “nobreza da terra” (FRAGOSO, 2005).

Para sustentar a hierarquia estamental e distinguírem-se dos demais grupos de menor qualidade, os integrantes da “nobreza da terra” precisavam adotar estratégias para resguardar sua posição social e poder político. Dessa forma, procuravam assumir o poder sobre o governo, ocupando postos nas câmaras, exercendo os ofícios régios, arrematando impostos. Para diferenciarem-se em relação às camadas menos privilegiadas da população e garantir o comando da sociedade, os membros da “nobreza da terra” construía(m) redes de alianças. A partir dessas redes, sustentados pela política de casamentos entre as elites, urdi(m)am teias de laços parentais. Esses laços parentais constituía(m) potentados que assentavam seu poder em imensas redes clientelares.

Os senhores do Caminho Novo não fugiram à regra. Eles integraram as milícias ou corpo de ordenanças (tropas de

⁹ Para uma discussão mais aprofundada dessa questão ver: RESENDE (2008).

segunda linha). Obviamente, a obtenção de uma patente de milícia assegurava o poder e a importância do agraciado, refletindo seu prestígio econômico e social. Por outro lado, tornar-se comandante das ordenanças significava ter controle sobre a força armada e, assim, impor a própria ordem. Manoel Lopes de Oliveira e José Aires Gomes enquadravam-se nesse perfil.

Manoel Lopes de Oliveira foi instituído capitão de cavalaria de ordenança do distrito da Borda do Campo em 1746, obtendo, posteriormente, a patente de tenente-coronel. José Aires Gomes foi nomeado, em 1786, coronel do regimento de cavalaria auxiliar do quartel do distrito da Igreja Nova e Caminho Novo. O coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, componente da primeira câmara da vila de Barbacena, na última década dos Setecentos e início do século XIX, era genro do coronel Carlos José da Silva, coletor de impostos. Era por meio dessas “pessoas principais, de maior crédito e fidelidade”, por meio da “nobreza da terra” que o poder metropolitano chegava às Minas.

Fazia parte necessariamente das atribuições desses homens, investidos de poder militar, zelar pela ordem e defender a população contra invasores, índios hostis, quilombolas e salteadores. As ordenanças do Regimento da Cavalaria da Igreja Nova e Caminho Novo certamente tinham muito com que se ocupar. Embora o Caminho Novo pudesse encurtar distâncias e oferecer boas condições de suprimento para os viajantes, a caminhada poderia ser perigosa e amedrontadora.

O Caminho Novo, em especial no alto da serra da Mantiqueira, encontrava-se assolado por quadrilhas de salteadores. No último quartel do século XVIII, a população local e os viajantes estavam assombrados com as notícias a respeito de morte e desaparecimento de pessoas que transitavam pelo Caminho (ANASTASIA, 2000). Os comerciantes, temerosos diante dos perigos e incertezas da viagem, precaviam-se realizando seus testamentos antes de se “por a caminho” (FURTADO, 1999). Nem todas as tentativas da

Coroa portuguesa para coibir aqueles que andavam dispersos pelos caminhos, nem mesmo a proibição, já antiga, datada de 1736, de ocupar os sertões da Mantiqueira, surtiram o efeito desejado. Os caminhos continuavam infestados de ladrões e salteadores, como a Quadrilha do Montanha, desbaratada em 1783, graças à atuação do alferes José Joaquim da Silva Xavier e dos coronéis José Aires Gomes e Manoel Rodrigues da Costa.

O sertão, apesar da proibição da ocupação sem licença do governador, há muito estava sendo efetivamente ocupado. A Coroa portuguesa, preocupada em controlar o Caminho Novo e evitar o contrabando, proibiu a concessão de terras nas fronteiras não povoadas da capitania e interditiu a abertura de caminhos e picadas. O fechamento dos “sertões gerais” não impediu que inúmeros posseiros se estabelecessem na região. Oficialmente, as autoridades metropolitanas desconheciam a ocupação sub-reptícia do Caminho Novo. Na verdade, a abertura de novas rotas e a política de expansão e incorporação de novas terras foi promovida, clandestinamente, pelo tenente-coronel Manoel Lopes de Oliveira e por seu genro José Aires Gomes. As advertências por parte do governador da capitania não conseguiram coibir a ação dos potentados. Esses homens usavam do controle militar que tinham em mãos para defender seus próprios interesses pessoais (ANASTASIA, 2000; RODRIGUES, 2002).

A ocupação desordenada dos Sertões da Mantiqueira despertou a atenção do governador D. Rodrigo José de Menezes, que enviou expedições à região e também percorreu pessoalmente as matas proibidas. Ao constatar a ocupação efetiva que se processou furtivamente, durante anos, ao longo dos sertões, Dom Rodrigo decidiu repartir legalmente as terras agricultáveis e as datas minerais entre os numerosos posseiros instalados na região. Ao regulamentar a posse de mais de 280 moradores assentados no sertão da Mantiqueira, Dom Rodrigo esperava ordenar a região e controlar seus habitantes, ao transformá-los em vassalos

e pagadores de impostos (RODRIGUES, 2002).

Com a atitude do governador de legalizar a posse da terra, os sertões da Mantiqueira deixaram de ser áreas proibidas. Com a liberação da ocupação, o sertão será cada vez mais empurrado para adiante. E a região da Borda do Campo passará por um processo de intenso crescimento populacional e econômico, culminando na criação da vila de Barbacena, em 1791.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a antiga região da Borda passou por significativas mudanças. Os senhores do Caminho foram extremamente bem sucedidos em suas estratégias de enraizamento e de enriquecimento. Tiveram também muita habilidade para aproveitar as possibilidades da região em crescimento. Alcançaram êxito por compreenderem que o desenvolvimento da região de Barbacena estava inextricavelmente ligado ao circuito mercantil do Caminho Novo.

Referências

ALBUQUERQUE, A.L.P. e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

ANASTASIA, C. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786). In: PRIORE, M. del. (Org.). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ANASTASIA, C.; LEMOS, C. Vila Rica: ocupação improvisada. *Oficina do Inconfidência*, Ouro Preto, v. 1, n. 0, p. 26-41, dez 1999.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982. p. 167.

BASTOS, W. de L. *A fazenda da Borda do Campo e o inconfidente José Aires Gomes*. Juiz de Fora: Ed. Paraibuna, 1992.

_____. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia*. 2. ed. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BOSCHI, C. C. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

CHAVES, C. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CUNHA, R. V. da. Armond, por quê? *Revista ASPRAP*, n.6, 1999. p. 223-228.

FARIA, S. de C. *A Colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, L. R. de A.; CAMPOS, M. V. (Coord.). *Códice Costa Mattoso: relação das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Mattoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

FRAGOSO, J. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias nos Setecentos. In: MONTEIRO, N. G. F., CARDIM, P., CUNHA, M. S. da. (Orgs.). *Optima Pars: elites ibero-americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FURTADO, J. P. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, J. F. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 151, 149-196.

GRAÇA FILHO, A. de A. Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 93-110, 2003.

GUIMARÃES, C. M.; REIS, L. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 2, p. 7-37, 1986.

GUIMARÃES, G. O caminho novo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. v. 4, p. 27-43, 1986.

MASSENA, N. *Barbacena: a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

OLIVEIRA, M. R. de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. 1999. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 1999.

RAPM, *Revista do Arquivo Público Mineiro* (catálogo de sesmarias). Belo Horizonte, APM, v. 1 e 2. n. 37, 1988.

RESENDE, E. M. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. 2008. Tese (Doutorado em História). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, A. F. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. 2002. 318 f. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SCHOOR, E. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: PRIORE, M. del. (Org.) *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VENÂNCIO, R. P. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, p. 181-189, jul. 1999.

_____. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, J. F. (Org.) *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

The lords of *Caminho Novo*: notes about *Borda do Campo* occupation in the XVIII century

Abstract

The occupation of *Borda do Campo* was inextricably linked to the commercial circuit of *Caminho Novo*. The first residents of *Borda do Campo* took root in the region, concentrating land and controlling the commercial routes of the internal market. The first owners dedicated to agriculture and cattle raising, established shelters to support the travelers, launched to the trading market and transport of troops. By occupying and cultivating the lands, these men became part of the *malha mercante* (literally translated as commercial mesh) of *Caminho Novo*, and became the lords of *Caminho* (as a reference to *Caminho Novo*) and promoted the development of the region of Barbacena.

Keywords: Caminho Novo; populating; internal market; Borda do Campo; XVII century.

Artigo recebido em: 4/5/9

Aprovado para publicação em: 11/5/9